

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2014.

(Do Sr. Bruno Araújo)

Requer informações ao Ministro da Secretaria de Comunicação Social Thomas Timothy Traumann sobre o uso dos recursos para a grande mídia e a mídia alternativa, utilizadas para a divulgação das ações do governo.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Secretaria de Comunicação Social Thomas Timothy Traumann:

Relação completa de todos os órgãos de comunicação, inclusive com CNPJ e nomes fantasias, que prestaram serviços para o Governo Federal, na divulgação das ações, nos anos de 2013 e 2014.

Relação completa de todos os pagamentos, com data e quantitativo financeiro, feitos aos órgãos de comunicação da grande mídia e das mídias alternativas, que prestaram serviços na divulgação das ações do governo federal, nos anos de 2013 e 2014.

Relação do quantitativo de cortes no orçamento de 2014, previsto para as publicações e divulgações das ações do Governo Federal na grande mídia e nas mídias alternativas.

JUSTIFICAÇÃO

Estas informações são necessárias para que este Parlamento cumpra a missão de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos pelo Executivo Federal. Pois, tendo em vista que, no final do mês de janeiro de 2014, a Ministra Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), pediu demissão. E, conforme

informou jornal **O Estado de S. Paulo**, “a mudança possibilitará uma convergência maior entre a comunicação do governo, a do PT e a da campanha eleitoral da presidente Dilma.”

O Estadão, em 31/01/2014 reportou que “em sua carta de demissão do cargo de ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, entregue nesta sexta-feira, 31, à presidente Dilma Rousseff, a jornalista Helena Chagas fez questão de responder às críticas do PT, que cobrava mais espaço na verba publicitária do governo para as chamadas mídias alternativas.”

Qual o grau de veracidade das matérias veiculadas nos meios de comunicação social, que colocam como a causa da demissão a cobrança do PT por maior espaço na verba publicitária, e as dificuldades de recursos para a mídia alternativa e a ineficiência da Secom em publicizar as ações do Governo Federal e a questão do favorecimento desproporcional da grande mídia brasileira.

Pois, a falta de critérios técnicos e objetivos para a definição dos veículos de comunicação, que receberam ou receberão os investimentos de mídia do governo, colocam em risco os princípios constitucionais da administração pública, como a impessoalidade, a legalidade, a moralidade e o uso oblíquo do princípio da publicidade e da eficiência, para interesses escusos e contra o interesse público.

É dever do Parlamento acompanhar e exigir que todas as ações de publicidade, não sejam utilizadas por interesses partidários, mas sejam equilibradas, que levem ao cidadão informação clara e objetiva a respeito de seus direitos e dos deveres do Estado brasileiro oferecer ao cidadão.

Os veículos de comunicação, cerca de mil, cadastrados para receber os investimentos de mídia do governo, não podem ser utilizados com instrumento para interesses eleitoreiros e partidários, como tudo indica estar sendo usado pelo Governo Federal.

Deputado **Bruno Araújo**
PSDB/PE